

## COLÉGIO JOÃO DE DEUS – PORTO

Aires Antunes Diniz  
Universidade de Coimbra- Portugal  
[aires.diniz@hotmail.com](mailto:aires.diniz@hotmail.com)

No *Fundo Bibliográfico do Professor Santos Júnior*, em Torre de Moncorvo, encontrei um manancial de documentos sobre a experiência pedagógica do Colégio João de Deus no Porto, que se referem à origem geográfica dos alunos<sup>1</sup>. Decidi por isso analisar o seu projeto educativo e tentar balizar a sua ação no Império Colonial português e no Brasil.

Tinha nascido fisicamente num «antigo casarão que se lobrigava no alto duma escadaria de pedra muito íngreme, na Rua de Santa Catarina, quase em frente à Rua Gonçalo Cristóvão. Chamava-se o Colégio da «Estrela», para a educação de meninas» (Moreira, 1953, p. 6). Depois, como Colégio João de Deus para rapazes, existiu sempre um «lugar para» uma grande sala de Física e Química, com mesas para experiências, grandes globos elétricos, espaçosas janelas para franca entrada de ar e de luz, dando para um pátio airoso, «lugares para» uma fonte, um lago, canteiros de flores, etc.» (Moreira, 1953, p.6-7). Como pude verificar, o Colégio empenhava-se na Reforma do Ensino Secundário, que apontava claramente para um ensino de elites, as que tivessem capacidade de pagar. Tratava-se só de uma luta pelo poder através da escola, entendida como forma de conformação política dos estudantes mais do que de aprendizagem de saberes, onde a Educação é uma forma de desenvolver processos de alienação política como os estudados por Britto em 1977. De facto, o Estado Novo controlou estes Colégios através dos liceus oficiais, havendo no Liceu Rodrigues de Freitas um livro destinado a registar a assinatura de Diretores de Colégios da sua zona liceal. Aí, temos as assinaturas dos diretores do João de Deus, João Ferreira Guedes de Moraes e de Artur Rodrigues Marques de Carvalho, indicando-se o alvará n.º 759 que permite ensinar os 1º, 2º e 3º ciclos liceais, sendo diretor, João Ferreira Guedes de Moraes.<sup>2</sup>

### ***1 – Ideias Inspiradoras***

---

<sup>1</sup> Ver diversos *Relatórios Anuais do Colégio de João de Deus*, 1929-1930 a 1953-1954. É citado aqui o *Relatório* do primeiro ano 1928-1929.

<sup>2</sup> *Arquivo da Escola Secundária Rodrigues de Freitas*, Livro de registo da assinatura de Diretores de Colégios desta zona liceal, folha 22, frente.

Encontrámos neste projeto as ideias de Sobral Cid quanto à importância dos trabalhos experimentais e na definição do papel do ensino secundário na vida social e económica do país. Também verificámos os elevados pagamentos feitos pelos pais que permitem estes investimentos e fazem do Colégio um ensino para as classes endinheiradas do País. Note-se que no corpo docente está o Artur Marques de Carvalho que em 1935 é deputado à Assembleia Nacional e licenciado e doutorado em Farmácia. Este, numa conferência em 24 de Março de 1925 em homenagem a Sacadura Cabral, terminou dizendo:

“Voltou para nos encorajar, para nos dar forças e incentivo na busca de maiores glórias nacionais. Aqui na sua presença, nós, rapazes descuidados duma geração que tem que ressurgir, vamos prometer-lhe transfigurar-nos. Que o seu Espírito nos norteie na Vida para que nós, por uma bendita alquimia de Almas, nos tornemos melhores, mais altruístas e sobretudo *...mais portugueses*” (Carvalho, 1925).

Estava assim definida a Utopia Educativa do Estado Novo e, por conseguinte o produto educativo oferecido aos pais que matriculassem os filhos neste colégio.

## **2 – Um tempo difícil e uma solução**

Em 14 de Abril de 1928, o Ministério da Instrução Pública, da Ditadura Militar, com o Decreto n.º 15 365 extinguiu a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, a Faculdade de Letras da Universidade do Porto e a Faculdade de Farmácia e a Escola Normal Superior da Universidade de Coimbra. Analisada a situação criada pela extinção da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, o Colégio João de Deus surge para resolver o problema do desemprego docente assim espoletado. De facto, muitos dos professores são antigos e futuros professores universitários e o Colégio é uma forma de manter viva a pedagogia vivida na Faculdade de Letras do Porto na sua fase republicana. Por isso, o seu projeto educativo é definido logo no primeiro ano de funcionamento a 15 de Agosto de 1929 pelos padres João Ferreira Guedes de Moraes e José M. da Fonseca Pinho e ainda pelo Dr. Marques de Carvalho. Este projeto é marcado pelo desejo de oferecer um produto educativo dentro das normas mais avançadas do ensino ativo, onde notamos a influência da ação pedagógica de José Júlio Bettencourt Rodrigues na proposta de um ensino experimental, que é expresso logo nas primeiras páginas do Relatório: É fazer com que se realizem «sem deficiências sensíveis, todos os trabalhos práticos de Física, Química, Ciências Biológicas e Ciências Geológicas, que os programas oficiais exigem», usando para comprovar a sua excelência educativa os

resultados superiores que obtêm em comparação com o liceu Alexandre Herculano, que é geograficamente o mais próximo, usando para isso alguma abundância de recursos humanos e materiais descritos nos relatórios anuais, entre eles os professores que preparam as experiências a realizar.<sup>3</sup> O seu objetivo cultural e educativo é sintetizado pela estatística do movimento geral de alunos e pelos resultados nos exames oficiais, que “provam que o nosso Colégio atingiu, *logo no primeiro ano de existência*, uma das maiores populações escolares do Porto e que obteve os mais brilhantes resultados de exames”.<sup>4</sup>

De facto, Celestino Maia (1941) escreve:

“ Ninguém nega que o Ensino secundário tem por fim a Cultura geral do aluno. Querem uns que esta finalidade se junte a de preparação para a entrada nos Cursos superiores, outros que não. O assunto foi largamente discutido na Assembleia Nacional, em 1935, a propósito de um projeto de lei de Reforma do plano de estudos dos Liceus, apresentado pelo deputado Prof. Dr. Marques de Carvalho<sup>5</sup>, que defendeu brilhantemente o Art. 1º do seu projeto, artigo segundo o qual «o ensino secundário tem por fim ministrar elementos de cultura que sirvam de preparação para a vida social ...» Ora preparar um indivíduo para a vida é adaptá-lo às realidades humana e físicas do meio em que terá de viver” (p. 320).

Carvalho realça por isso o esforço do corpo docente e discente, frisando que este era «absolutamente heterogéneo, com alunos de diferentes procedências, com preparação desigualíssima obtida sob as mais diversas orientações pedagógicas» para concluir que foi difícil o trabalho de unificação e homogeneização deste corpo de alunos, mas que teve resultados brilhantes expressos na mais alta classificação dos «alunos externos nos liceus do Porto – 17 valores em 5ª classe no Liceu Alexandre Herculano». Trata-se de construir física e pedagogicamente “um estabelecimento de ensino modelar”, onde “*cabe ao país, de forma especial ao Porto, auxiliar-nos*». É uma aposta na educação do carácter dos alunos que tem motivações políticas determinadas fundamentalmente autoritárias. Era o que nos propunha Baptista (1941) quando fala da Higiene Moral como fundamental para a educação da vontade e do carácter. É o que faz censurando os pais que, de uma forma leviana, constroem situações de abandono dos filhos, que um dia serão arrastados por estas circunstâncias a comportamentos desviantes. Assim, sintetizando o labor do último ano:

«Quatrocentos alunos frequentaram as nossas aulas no ano letivo findo e mais de cem obtiveram aprovações em exames oficiais, sendo destes mais de oitenta nos Liceus.»

---

<sup>3</sup> Relatório do primeiro ano 1928-1929, p. 5.

<sup>4</sup> Relatório do primeiro ano 1928-1929, p. 3.

<sup>5</sup> Carvalho A. Marques de – *Questões de Ensino Secundário*, Porto, 1935.

Acrescenta que na origem da mudança está o papel do Colégio João de Deus, pois trabalham no ensino particular catedráticos, autores de livros didáticos, investigadores, e cientistas.<sup>6</sup> Tem uma palavra de elogio e de valorização do ensino da moral católica que se faz dentro do Colégio e da Educação Física, que se faz fora da ideia de «pan-ginástica e do pan-desporto, preferindo a ginástica muscular e respiratória, orientada e controlada, aluno por aluno, e mesmo os desportos atléticos para os alunos desenvolvidos a quem o Colégio autorize a praticá-los.» Termina falando da alimentação, desafiando os pais a virem ver de improviso as refeições dos filhos.<sup>7</sup> Por fim, o relatório fala do material de ensino e das instalações escolares, nomeadamente da aparelhagem didática para complemento dos laboratórios, que já foram úteis à Câmara Municipal do Porto que solicitou «os nossos aparelhos de precisão crio-registadoras para experiências científicas nas câmaras frigoríficas do seu Matadouro». Fala ainda das novas instalações escolares, que a par deste material, pode prestar um serviço público à cidade pois tem doze salas de aula em anfiteatro, um grande anfiteatro para conferências culturais, livraria, capela e um balneário anexo ao grande dormitório. E reafirmando-se dignos da confiança das famílias dos seus alunos, sublinham:

“o **Colégio João de Deus** é já um instituto de ensino que honra o Porto e o país. Torná-lo melhor, mais completo e de mais penetrante influência nacional e social é o nosso objetivo obsidiante. Queremos consegui-lo e, portanto, havemos de consegui-lo”.<sup>8</sup>

Estavam assim melhor os colégios do que o ensino oficial, manietado por políticas erradas e erráticas que tentavam condicionar os educandos ao Estado Corporativo, cujos objetivos não eram os de uma economia competitiva e dinâmica. Seguem-se as descrições das Festas no Colégio, mostrando como atrai os homens da intelectualidade portuense, universitários, médicos e advogados e os “«Representative-men» do comércio e da indústria, expoentes lídimos de todas as classes de todas as condições”<sup>9</sup> A festa termina com o:

“brinde do Dr. Samuel de Carvalho - agora professor-metodólogo em Lisboa. Passou ali horas de ansiedade. Viveu o que lhe parecia um sonho. O sonho corporizou-se. Sente-se feliz.

Sincero:

- O que sei como metodologista – aprendi-o aqui.

Salienta a diferença do ensino particular entre Lisboa e Porto.

- Lá – nunca podia ser professor do ensino particular. É um ensino comercializado, industrializado.<sup>9999</sup>

Uma afirmação:

---

<sup>6</sup> *Relatório* do ano de 1932-1933, p. 11.

<sup>7</sup> *Relatório* do ano de 1932-1933, pp. 12-14.

<sup>8</sup> *Relatório* do ano de 1932-1933, pp. 15-16.

<sup>9</sup> *Relatório* do ano de 1932-1933, p. 20.

- Gostava de ficar no Porto para continuar no Colégio João de Deus.”<sup>10</sup>

Também

“o grupo de professores de Ciências não é apenas um grupo de positivistas. Têm fé, horizontes vastíssimos. Não há limitações, não há processos de cristalização definida. Procura-se dar ao rapaz, com o sentido da independência, o sentimento da generosidade.”<sup>11</sup>

E«

“notável, brilhante como sempre, o dr. Eugénio Aresta. Disserta sobre o ensino. Explica como, alma democrata, pôde adaptar-se ao Colégio João de Deus – sendo estimado por todos os alunos, ainda os de mais opostas ideias.”<sup>12</sup>

Mas sempre, Marques de Carvalho estará no centro da decisão política para obviar a qualquer contratempo político para o seu Colégio.

### 3 - O Prosseguimento do projeto educativo e o Ensino Oficial

Este esforço dos professores do Colégio João de Deus é analisado dentro de um projeto mais largo, em que querem ultrapassar a questão do ensino secundário como algo simples, pois consideram que é um problema fundamental e sobreleva qualquer outro no quadro geral dos problemas nacionais. Questionam assim que este seja de **simples cultura pela cultura** para que este «encerre soluções de apetrechamento técnico e de orientação profissional da mocidade». <sup>13</sup> Neste sentido, critica-se o facto de se ter ordenado a concentração das Ciências Biológicas e Geológicas numa única disciplina quando no ensino superior se dividiu a licenciatura em Ciências Naturais em Ciências Biológicas e Ciências Geológicas. Após aceitarem com um **muito bem** a Inspeção do Ensino Particular, que lhe vai dar condições de eficiência, “controlando-o e estimulando-o”, prosseguem a análise das liberalidades das dotações para o Ensino Secundário Oficial, criticando-as por ainda não terem resolvido o problema do analfabetismo. Frisam que é para este Ensino Secundário que se dirigem as atividades particulares, criticando o Estado que com este investimento pode, diz com o significado de parecer, assumir o propósito de as contrariar<sup>14</sup>. Perguntam por isso se o

---

<sup>10</sup> *Relatório* do ano de 1932-1933, pp. 15-16.

<sup>11</sup> *Relatório* do ano de 1932-1933, p. 32.

<sup>12</sup> *Relatório* do ano de 1932-1933, pp. 31-32.

<sup>13</sup> *Relatório* do ano de 1934-1935, p. 4.

<sup>14</sup> *Relatório* do ano de 1934-1935, p. 4.

Estado pode satisfazer estes encargos? E se não pode, deve fazer a sua inteligente distribuição com o ensino particular, propondo-se que o devem exercer em sincronismo.

Segue-se a análise dos resultados do Colégio, feita com base nos dados internos, propondo que se legisle em relação aos sobre-dotados para os valorizar, permitindo também que os infradotados possam fazer os cursos liceais de 7 anos em mais anos, concluindo por fim pela vantagem do internato para todos os alunos. Há ainda uma particular atenção para com a Educação Moral, adotando aqui uma profilaxia disciplinar mais do que terapêutica e na Educação Física, privilegiam o Basquetebol em relação ao futebol que consideram ter “consequências irreparáveis para os rapazes de constituição débil” pois consideram o “perigo do exagero e da desmedida” numa “mocidade de hoje (que) é abrasada por uma verdadeira mística desportiva”. Querem também por isso mais “uma ginástica muscular e respiratória” e “desportos atléticos para os rapazes mais desenvolvidos e de melhor constituição física”.<sup>15</sup>

Em 20 de Fevereiro de 1941 tinha começado a publicação de *Inicial* uma revista cultural do Colégio que o vai marcar, mostrando como o tempo já vai diverso dos anos de arranque do Colégio, ajustando-se assim a uma visão mais coerente da Igreja Católica que a certa altura passou a apostar na Ação Católica. Conforme nos explica Artur Marques de Carvalho trata-se de «uma das inovações mais acertadas da atual reforma do Ensino liceal (que) foi, sem dúvida, a prescrição de atividades circum-escolares como complemento necessário do elenco de matérias a tratar no respetivo plano de estudos» (Carvalho, 1941).

#### **4 – O Colégio João de Deus como Modelar no Estado Novo**

Estas ideias postas em prática no Colégio darão origem em 1935 a uma intervenção de Marques Carvalho na Assembleia Nacional e espoleta aí uma discussão pedagógica que extravasa para a revista *Labor* (Carvalho, 1935), uma revista liceal, sedeadada em Aveiro, onde se informava e discutia com as limitações impostas pelo Estado Novo, os problemas do Ensino Secundário. Esta intervenção é saudada no relatório de 1934-1935, onde se escreve que a experiência escolar do Colégio determina então a política educativa:

“Quem quiser fazer uma coletânea da literatura pedagógica dos últimos anos, não poderá ignorar os nossos relatórios, e é com satisfação que temos a consciência de poder afirmar que neles foram primeiramente esboçadas algumas das ideias mestras em que assenta hoje a **política do Ensino**. Diga-se, no entanto, desde já que algumas dessas ideias, que defendemos com convicção, poderão vir a ser totalmente desfiguradas por uma execução

---

<sup>15</sup> *Relatório* do ano de 1934-1935, p. 21.

desordenada ou precipitada. Tem de fazer-se avançar a máquina do ensino à custa de sucessivas experiências, com prudência e acerto, sob pena de tudo comprometer.

Um dos pontos de discórdia é o papel e a forma como os exames de admissão condicionam a entrada na Universidade, dando como contraprova que os invalida como critério, o facto de um aluno do colégio ter entrada na Universidade “sem prova de **alemão** e sem num ter prestado prova de **Inglês**”, quando algumas dezenas de alunos foram recusados na Universidade por terem deficiência a alemão. Propõem por isso que todos os alunos candidatos à Universidade tivessem um curso pré-universitário “**dum só ano** numa cidade universitária, em liceus próprios ou em secções especiais dos liceus comuns”.<sup>16</sup>

Procurava-se assim separar o ensino secundário ministrado no Colégio da Universidade do ensino pré-universitário para impedir que fosse distorcida a sua função, mas o que se pretende é não permitir que a sua qualidade como colégio seja posta em causa.

Com o avanço desta Reforma Educativa, surgem em 1938 normas de cotação, cotas, reduzindo assim a subjetividade na correção. Volta-se então a falar da importância da fiscalização para uniformizar no esforço dos alunos na prestação das provas, em que devem comprovar que estão aptos a **pensar**, pois “o ensino não deverá ser anedótico; tem que ser formativo e desenvolver-se tanto quanto possível dentro de **métodos heurísticos**”.<sup>17</sup>

Justifica-se por isso a adesão crítica do colégio a esta opção:

“Em vários campos e por várias vezes propugnámos pelo **regímen de classe**, estando assim, de certo modo, ligados à sua defesa. Não somos, no entanto, dogmáticos e reconhecemos que a execução falseava, em grande parte, os seus objetivos, pelo que colaboramos com a melhor boa vontade em novas experiências que visem o aperfeiçoamento do ensino.

O senhor Ministro da Educação Nacional, Prof. Doutor Carneiro Pacheco, a cuja atividade renovadora ficará o país a dever serviços inestimáveis, optou na Nova Reforma por um sistema eclético em que se procurasse somar as vantagens de cada um dos dois regímenes. O sistema de disciplinas, puro e simples, constituiria hoje um anacronismo inadmissível. É que o conhecimento é solidário e uno, e tem de sedimentar-se por camadas concêntricas, em ordem a obter-se uma qualificação de espírito. E assim na nova Reforma ficou consignado o princípio do ensino cíclico e correlato”.<sup>18</sup>

Este ministro estava também a introduzir nos liceus, a reforma educativa do Estado onde os pontos principais de mudança são a introdução ainda ténue da Mocidade Portuguesa, tanto masculina como feminina, bem como a entronização do Crucifixo, símbolo da reconquista cristã da Escola Republicana e liberal e a medicina escolar<sup>19</sup>. De facto, para ele,

---

<sup>16</sup> *Relatório* do ano de 1934-1935, pp. 7-8.

<sup>17</sup> *Relatório* do ano de 1937-1938, p. 16.

<sup>18</sup> *Relatório* do ano de 1936-1937, pp. 6.

<sup>19</sup> *O Liceu de Guimarães* - Boletim Anual, Ano I e Ano II, 1939-1941.

mais do que a preparação para a vida, era essencial a modelação de um homem novo de acordo com os ideais anti materialistas do Estado Novo, com a Educação do carácter.

Mas, para Marques de Carvalho, o objetivo principal da sua intervenção política era a questão dos exames com que a termina. Contudo, sabemos que o ensino oficial não pode funcionar adequadamente por as turmas serem de quase quarenta alunos por razões de escassez de recursos, enquanto o ensino particular pode gerir melhor os seus recursos e oferecer por isso um melhor produto educativo por apostar num rácio professor/aluno mais ajustado às necessidades pedagógicas do que o Ensino Público. Mas, ao aceitar os objetivos de Carneiro Pacheco, fica prejudicada a eficácia educativa do Colégio João de Deus, cujo principal objetivo era a preparação para o trabalho. Não admira que o Liceu Rodrigues de Freitas, tal como o Liceu Alexandre Herculano, se vejam obrigados a concorrer com o Colégio João de Deus. De facto, este tem procurado através das notas obtidas pelos seus alunos e pelo seu comportamento vigiado, onde se restringem as atividades desportivas fora do colégio, nomeadamente a prática do futebol, mostrar a sua mais-valia educativa. Por isso, o vice-reitor do liceu Rodrigues de Freitas, Alfredo Soares de Oliveira, em artigo para o Boletim da Ação Educativa do Ensino Liceal - *Liceus de Portugal*-, reforça a necessidade do anonimato, assim como critica a existência de uma contraprova, que é uma segunda prova para obviar ao azar na primeira. Existe neste artigo um cuidado especial no controlo das presenças dos alunos, bem como da sua alimentação, procurando envolver nisso as famílias. Em relação à Mocidade Portuguesa, distingue-se esta das juventudes fascista e nazis. Também, neste Liceu, Álvaro R. Machado, sublinha a pressão feita pelo ensino particular:

“Para manter em pé de igualdade, já que assim o querem, o ensino oficial com o ensino particular, podia-se facultar ao grémio do professorado particular indicar delegados para assistirem, os quais seriam confirmados pelas estâncias oficiais competentes” (1941, p. 955).

De facto, em 1941 está bem claro

“a última organização do Ensino liceal, longe de poder dar aos estudantes meios de atingir os cursos superiores com conhecimentos basilares indispensáveis, permitiu-lhes a ascensão em condições bastante deficientes de preparação. Em regra, o estudante traz do Liceu a ideia de que as Ciências Naturais são Ciências para decorar; passa muitas vezes os seus exames com bagagem, mercê da contingência favorável das duas provas e, ao chegar ao curso superior, perdeu todo o espírito de curiosidade que poderia facilitar a sua inclinação para aquelas Ciências” (Assunção, Cunha e Frade, 1941, p. 7).

Explica-se esta situação pelo o facto de



“para a efetivação destas provas, no ensino secundário, se apresenta a questão de se colocar em pé de igualdade o ensino oficial com o ensino particular, segundo a situação conquistada pelos representantes das empresas deste último” (Machado, 1941, p. 948).

Estamos assim num processo de mudança em que o Colégio, embora criticando sempre, se ajusta à nova realidade política e ganha competitividade, por o «**Estado**, que honrou o **Colégio de João de Deus** chamando um dos seus diretores para representar o **Ensino Particular na Junta Nacional de Educação**», uma das estruturas do Estado Novo.<sup>20</sup>

É um processo de transformação do sistema educativo em que é notória a indefinição sobre o modelo a seguir, pois, a propósito das transformações do Ensino Secundário, sabemos da existência das suas cinco indefinidas reformas no período da Ditadura Militar, a que ninguém na Assembleia Nacional do Estado Novo dá maior valor do que a uma simples rearrumação de serviços (Carvalho, 1935), concluindo que o ensino secundário tem uma:

“notória insuficiência como base cultural, como preparação para a vida e para os cursos superiores e, especialmente, o perigo da sua influência nefasta sobre a saúde.

A Assembleia Nacional apela para o Governo a fim de que urgentemente se promovam providências no sentido de se assegurar à atual e futuras gerações académicas a preparação que sob todos os pontos de vista garanta ao Estado Novo os colaboradores incondicionais absolutamente indispensáveis ao triunfo definitivo da grande obra de renovação já empreendida” (Carvalho, 1935, p. 124).

Em 1940, José Manuel da Costa, inspetor do Ensino Particular, defende que a «função docente seja desempenhada de harmonia com as convenientes regras de higiene e pedagogia» (p. 20), adequadas à «doutrina social e política, em que se baseou para se refazer (uma Nação que se reintegra) e que proclamou como alicerce da sua própria Constituição» (p. 21), procurando não só impedir a fraude educativa, pelas notas falsas, mas principalmente formar “o ideal educativo da nação” (p. 20), pois «a formação da juventude não se compadece com duelos entre a escola oficial e a particular, entre ambas e a família, porque acima destas e daquelas há-de colocar-se o interesse da Nação, no seu mais alto penhor» (p. 22).

Preocupado, como provavelmente todos os salazaristas, Marques de Carvalho vai em 1945 tentar mostrar que não existe unanimismo na Assembleia Nacional como o tenta evidenciar numa entrevista dada ao *Jornal de Notícias* de 24 de Novembro de 1945, republicada no *Inicial* em Dezembro desse ano. Alguns anos mais tarde, em 1952, António de Pratt, dirigente da Mocidade Portuguesa, esquecendo a Escola Nova, nomeadamente a

---

<sup>20</sup> *Relatório* do ano de 1937-1938, p. 4.

imaginada e pensada por Faria de Vasconcelos, um pedagogo da Escola Nova, que a tinha adaptado a Portugal, “reinventava” estas ideias pedagógicas ao aderir ao sistema dos Centros de Interesse. E ao fazê-lo como se fosse invenção pedagógica sua, dizia que era para «arranjar uma Mocidade (Portuguesa) que se adaptasse aos rapazes e não sejam estes a terem de se adaptar a ela» (p. 27). As ideias e as práticas da Escola Nova sobreviviam assim por um Estado Novo não ter capacidade para fazer melhor. Também se vai espalhar a ideia de que existe uma grande diferença de critérios entre os liceus “Rodrigues de Freitas” e “Alexandre Herculano”, o que se refuta publicando as suas percentagens de reprovações.<sup>21</sup>

Contra a corrente, com o avanço da Reforma Educativa do Estado Novo, mantêm-se o esforço do Colégio no ensino experimental, mantendo a regência dos trabalhos práticos tal como estava no início desta década<sup>22</sup>, mas quanto à Educação Moral e Física, diz-se:

“Desde sempre consideramos que a **instrução** sem a **educação** constitui uma aparelhagem que pode ser funesta e até tantas vezes conduzir ao crime. Para quem considere os fins superiores do Homem, para além das transitoriedades e condicionalismos da vida, esse conceito é fundamental. Quando o Snr. Prof. Doutor Carneiro Pacheco dispôs que o seu Ministério se chamasse “**da Educação Nacional**”, marcou desde logo, uma orientação revolucionária, no bom sentido; e que mereceu todo o nosso aplauso. A **Instrução Pública** não pode, de facto, constituir um fim em si mesma, pois tem de considerar-se como um dos aspetos da **educação nacional**. Quanto a nós, sempre nos propusemos, sem quaisquer eufemismos, ministrar na nossa casa uma **educação católica**. Além das aulas próprias de **educação moral**, tão acertadamente prescritas por lei, estimulamos as devoções religiosas na **Capela privativa** do Colégio e promovemos a realização periódica de conferências apologéticas, para além da **homilia** dominical, subordinada, já de si, a um plano que regularmente, se desenvolveu.”<sup>23</sup>

Complementa-se esta Educação:

“No quadro da organização nacional da **Mocidade Portuguesa**, que tem no Colégio o seu **Centro Escolar n.º 10**, fizemos ingressar o organismo desportivo “João de Deus Sport Club” que ficou, assim, subordinado ao Professor do Colégio, que é Diretor do Centro. Alugámos um dos **campos de jogos** da cidade e pusemos à disposição dos alunos uma sede própria, condignamente instalada”.<sup>24</sup>

Em 1953, o João de Deus comemorará 25 anos de vida, e quando se fala da história do colégio, recorda-se um tempo em que terminou a procura de *lugares para* pois se encontrou um *lugar onde* ficou o colégio. Marques de Carvalho ainda não tinha morrido, o que aconteceria em 27 de Dezembro de 1953. Com ele, morria a alma do Colégio de que

---

<sup>21</sup> *Liceus de Portugal*, n.º 45, Junho de 1945, p. 688.

<sup>22</sup> *Relatório* do ano de 1937-1938, pp. 41-43.

<sup>23</sup> *Relatório* do ano de 1937-1938, pp. 26-27.

<sup>24</sup> *Relatório* do ano de 1937-1938, p. 25.

tanto se fala no número da *Inicial* comemorativo destas bodas de prata, numa entrevista que tem o título “uma obra de inteligência e afetividade”, em que se fala de uma Escola que não foi escola experimental «mas foi campo de observação inteligente para a fixação de pontos de vista pedagógico que se tornaram lei no País». Esta é justificada pelo facto de o ensino particular estar a ser procurado por dar facilidades de passagem que o ensino oficial, então já espalhado por todo o país e ao serviço de famílias sem grandes recursos financeiros, não dá. É o que lhe retira viabilidade pois «na província, onde a capacidade económica média a mais não vai chegando que não seja ao pagamento do serviço quase gratuito proporcionado pelas escolas oficiais».<sup>25</sup> O ensino secundário está então muito claramente a tornar-se um ensino popular e destinado à formação qualificada de mão-de-obra para as atividades económicas, onde têm que criar vantagens competitivas para a economia portuguesa. Estão em 1973 os colégios particulares restringidos a este segmento do mercado para o qual querem trabalhar, mas já com pouca expressão, que é o da “formação integral dos alunos”, ficando para

“o ensino particular a quem a formação ideológica é, por via de regra, solicitada, ainda que seja de registar a inconsecução de semelhante escopo, à parte uma ou outra honrosa exceção em que, a partir de um estabelecimento de ensino ou de uma instituição, é possível surpreender a operância de um certo cariz modelador de grupos.”

Contudo, ressalva que:

“Mesmo neste aspeto, porém, será sempre de meditar nos efeitos da formação atuada segundo certas coordenadas, mormente na decorrência de uma possível segregação das realidades do mundo e da vida, com tudo o que defeituoso e reprovável semelhante fenómeno abarca.”<sup>26</sup>

Está este tipo de ensino particular sem função social e desaparece por disfuncional.

## **5 – Internacionalização Educativa**

A eficiência educativa nos anos de arranque tem efeitos na vinda para o Colégio João de Deus de um pequeno brasileiro, o Wilson, cujo pai o mandou para o Colégio para aprender a ler, atravessando por isso o Atlântico aos cuidados de um tio. Em 28 de Julho de 1934 faz a primeira comunhão e está já na primeira classe dos liceus, o que é considerada uma “*Explendente vitória dum grande Colégio*”, transcrevendo-se a reportagem que o Jornal de Notícias publicou.<sup>27</sup> O Brasil funcionava então por ondas, como informa Gilberto Freire

---

<sup>25</sup> *Relatório* do ano de 1972-73, p. 5.

<sup>26</sup> *Relatório* do ano de 1972-73, p. 9.

<sup>27</sup> *Relatório* do ano de 1934-1935, p. 61-62.

(1957, p. 129), onde surgiu a «moda dos colégios de religiosas franceses e belgas como colégios elegantes para moças; a consagração, entre os elementos progressivos da sociedade brasileira, dos colégios e dos métodos anglo-saxónicos de educação dos rapazes, como os mais adequados à situação nacional».

De facto, o colégio aposta na sua internacionalização como estabelecimento de ensino. Não admira que no ano letivo de 1935-1936 já se faça no *Relatório* uma listagem de alunos referindo a sua origem geográfica e com ligação ao Brasil, temos 18 alunos: Acácio de Lemos Barros, S. Paulo; Alberto Alves da Silva Bacelar, Rio de Janeiro; Alfredo Joaquim Rodrigues, S. Paulo; António Pereira de Resende, Rio de Janeiro; Armando da Cunha Sá, Pará; Arnaldo Pereira de Oliveira, Rio de Janeiro; Carlos Mário Cortez Marques, Parnaíba; Edmundo de Gouveia Pena, Araraz; Hugo Ribeiro Chaves Marques, Rio de Janeiro; Joaquim Pinto Alves, Rio de Janeiro; Luís Alevato Pinto Grijó, Rio de Janeiro; Luís Ferreira de Carvalho, Pará; Luís Oliveira e Sousa, S. Paulo; Manuel Guilherme Ferreira, Rio de Janeiro; Manuel Peres de Sousa, Rio de Janeiro; Paulo Pinho Menéres Sampaio, Rio de Janeiro; Serafim Pinheiro, Rio de Janeiro; Vasco Pinto de Miranda, Rio de Janeiro.

Em 1936-1937 faz-se nova listagem de alunos, que quanto aos brasileiros baixa para 16, mas a sua origem geográfica no Brasil é algo diferente: Alfredo António Freire Correia de Araújo, Rio de Janeiro; Armando da Cunha Sá, Pará; Arnaldo Pereira de Oliveira, Rio de Janeiro; Carlos Augusto Ferreira de Carvalho, Rio de Janeiro; Carlos Mário Cortez Marques, Parnaíba; Joaquim Pinto Alves, Rio de Janeiro; José Augusto Barbosa de Aguiar, Rio de Janeiro; José Manuel de Sousa N. de Oliveira Lima, Rio de Janeiro; Luís Alevato Pinto Grijó, Rio de Janeiro; Luís Ferreira de Carvalho, Pará; Manuel de Castro Monteiro, Pará; Manuel Peres de Sousa, Rio de Janeiro; Adrião Bessa Lopes, Pará; Paulo Pinho Menéres Sampaio, Rio de Janeiro; Serafim Pinheiro, Rio de Janeiro; Vasco Pinto de Miranda, Rio de Janeiro.

Em 1937-1938, volta-se a fazer a organização da lista dos alunos com indicação da sua origem geográfica, mantendo-se o número final – 16, onde uns desaparecem e outros surgem pela primeira vez. São: Alfredo António Freire Correia de Araújo, Rio de Janeiro; Álvaro de Brito Peres, Santos; Arnaldo Pereira de Oliveira, Rio de Janeiro; Carlos Augusto Ferreira de Carvalho, Rio de Janeiro; Carlos Maria Cortez Marques, Parnaíba; Fernão Domingos Rufino, Manaus; João Cavaleiro Sobral Mendes, Santos; Joaquim Fogaça de Almeida Neto, S. Paulo; José Augusto Barbosa de Aguiar, Rio de Janeiro; Luís Valente da Silva, Rio de Janeiro; Manuel Peres de Sousa, Rio de Janeiro; Nelson Alves de Sousa, Rio

de Janeiro; Nun'Álvares Adrião Bessa Lopes, Pará; Paulo Pinho Menéres Sampaio, Rio de Janeiro; Renato Alves Ventura, Rio de Janeiro; Sílvio Augusto Ribeiro, Pará.

Existem ainda alunos de além-mar, visíveis como resultado das exposições coloniais, mas que são em número menor, explicitando-se o “Chico” como o seu representante entre os alunos internos aquando da visita do Bispo António Meireles. Não admira por isso que em 18 de Março de 1938 se dê um particular ênfase à conferência sobre a viagem de Santos Júnior, professor do Colégio e assistente da Faculdade de Ciências, a Moçambique, que a descreve com pormenor para realçar a importância do conhecimento científico das nossas colónias.<sup>28</sup>

Por outro lado, o facto de o Colégio ter como objetivo educar de acordo com os objetivos do Estado Novo Português não lhe permite ser um produto educativo exportável. Mas o facto de ter como objetivo a entrada na Universidade, torna-o importante para os pais que querem assegurar um futuro aos filhos como profissionais qualificados por uma universidade portuguesa. Assim, em 1943-1944, existem menos alunos brasileiros, só 7, consequência provável da II Guerra Mundial: Alfredo António Freire Correia de Araújo, Rio de Janeiro; Álvaro de Brito Peres, Santos; António Cardoso Gomes, S. Paulo; António Emílio Ramada, Rio de Janeiro; José Manuel de Carvalho Cravo, Rio de Janeiro; Nelson Pereira da Silva, Rio de Janeiro; Olindo Alves de Oliveira, Rio de Janeiro. Em 1946-1947, há 11 alunos: Abílio Ferreira Duarte, Engenho Velho, Rio de Janeiro; António Emílio Ramada, Rio de Janeiro; António Moreira Cardoso, S. Paulo; António Rodrigues Teixeira, Porto Alegre; Eduardo Vilanova de Bastos, Belém, Pará; Evaristo da Costa Mendes, Engenho Novo, Rio de Janeiro; João Dourado Martins Areias, Glória, Rio de Janeiro; José de Almeida Filho, Santana, Rio de Janeiro; Manuel da Silva Alves, Rio de Janeiro; Mário Correia, Rio de Janeiro; Olindo Alves de Oliveira, Rio de Janeiro. No ano letivo 1948-1949, a realidade é outra com 10 alunos: Abílio Ferreira Duarte, Engenho Velho, Rio de Janeiro; Adriano Ferreira da Costa Vieira, Rio de Janeiro; António Moreira Cardoso, S. Paulo; Carlos Domingos da Silva, Santana, Rio de Janeiro; Dario Vilanova de Bastos, Belém, Pará; Eduardo Vilanova de Bastos, Belém, Pará; José Maria Nunes Pereira da Conceição, N. S. dos Remédios, S. Luís do Maranhão; Mário Correia, Rio de Janeiro; Paulo Marino dos Santos, Rio de Janeiro; Sílvio Cardoso Pinto, S. Paulo. Em 1949-1950, tem 11 alunos: Abílio Ferreira Duarte, Engenho Velho, Rio de Janeiro; Adriano Ferreira da Costa Vieira, Rio de Janeiro; António Moreira Cardoso, Bairro da Lapa, S. Paulo; Carlos Domingos da Silva, Santana, Rio de Janeiro; João Bento de Almeida e Silva, Lagoa, Rio de Janeiro; Jorge de Oliveira Lima,

---

<sup>28</sup> Relatório do ano de 1937-1938, pp. 76-81.

Santa Efigénia, S. Paulo; José da Fonseca Rego, Manaus; Manuel Albuquerque Abreu e Lima, Glória, Rio de Janeiro; Mário Correia, Rio de Janeiro; Paulo Marino dos Santos, Rio de Janeiro; Sílvio Cardoso Pinto, S. Paulo.

Entretanto no Brasil, influenciado por Lauro de Oliveira Lima (1970), o processo pedagógico do ensino secundário, estava centrado na operacionalização da psicologia genética de Piaget, onde o professor é o dinamizador e animador do grupo turma. Estamos assim perante uma proposta alternativa, que desvalorizava o Colégio João de Deus.

## ***Epílogo***

Após a morte de Artur Marques de Carvalho e no decurso dos anos que se seguem assistimos a uma situação de degradação das boas condições financeiras que o Colégio tinha usufruído na fase de instauração do Estado Novo, mas em 1970 já só pede que alguns dos seus encargos sejam assumidos pelo Estado. Já não existe nele um ensino experimental que tantos estudantes tinha atraído. O Padre Albano Resende é Diretor do Centro de Atividades Circum-Ecolares, mostrando que deixou de existir a Mocidade Portuguesa em toda a sua pureza ideológica do Estado Novo. Também os alunos brasileiros se resumem a 8: Bernardo de Queirós, S. Paulo; Cosme Martins das Neves, Rio de Janeiro; Fernando César Gonçalves Dias, Rio de Janeiro; Homero Duarte de Sousa Soares, S. Paulo; José Américo Martins Fernandes, Inhaúma; José António Cadéco de Sousa, Rio de Janeiro; José Daniel Guerra, Rio de Janeiro; Marco António Martins Fernandes, Inhaúma, Estado de Guanabara

Por essa e outras razões, como a redução do carácter experimental do seu ensino, o Colégio vai reduzindo a sua população escolar e no final do ano letivo de 1972-1973 encerra definitivamente. O Estado Novo que o tinha viabilizado e acarinhado caminhava também para o seu fim. Também, a Igreja Católica tinha mudado e não estava disposta a apoiar um Colégio, nascido em 1928, mas que estava já então com um espírito desajustado. Tinha como alunos brasileiros só 5 jovens: Ademar Neves da Costa, S. Paulo; Cosme Martins das Neves, Rio de Janeiro; Fernando César Gonçalves Dias, Rio de Janeiro; Marcelo Justo Fernandes Dias, S. Paulo; Paulo Roberto Ferreira Moura, Estado de Guanabara. Acompanhavam assim os alunos brasileiros o decréscimo da população escolar do Colégio que em 1973 tinha um número de alunos que não era suficiente para suportar os seus custos fixos e o inviabilizava como projeto empresarial, que só existiu com o apoio do Estado Novo. E quando este estava quase terminado, o Colégio fechou. E na Escola que lhe sucedeu, encontrei um escasso

espólio que mostra os efeitos de uma “inteligência diminuída”, onde se esvai continuamente o património científico e cultural acumulado.

## Referências:

Assunção, C. F. Torre da, Cunha, A. Gonçalves da e Frade, Fernando – Investigação Científica in *Atas do I congresso nacional de ciências naturais*, Lisboa, 1941, Livro 1, Publicação Subsidiada pelo Instituto para a Alta Cultura, 1942, pp. 3-9.

Baptista, Júlio César – Higiene Moral, *Liceus de Portugal*, n.º 11, 1941, pp. 874-884.

Britto, Luiz Navarro - The school: education and alienation, *Prospects*, Quarterly Review of Education, vol. VII, n.º 3, 1977, pp. 337-350.

Carvalho, Artur Marques de – O Herói Sacadura Cabral e o Sentimento Português (Fragmento duma conferência), *Labareda*, Março Abril de 1925, pp. 60-62.

Carvalho, Artur Marques de – *Questões de Ensino Secundário (Em torno dum projeto de lei)*, Porto, 1935.

Carvalho, Artur Marques de – Duas Palavras, *Inicial*, ano I, n.º1, 1941, p. 2.

Carvalho, Artur Marques de – Magno Problema – O Ensino, *Inicial*, ano VI, n.º15, 1945, pp. 36-40.

Costa, José Manuel da – O Problema da Fiscalização do Ensino Particular, *Liceus de Portugal*, n.º 1, 1940, pp. 20-22.

Freire, Gilberto – *Ordem e Progresso*, 1º tomo, «Livros do Brasil», Lisboa, 1957.

Lima, Lauro de Oliveira – *A Escola Secundária Moderna: Organização, Métodos e Processos*, Oitava Edição, Editora Vozes Limitada, Petrópolis, 1970.

Machado, Álvaro R. – Apuramento dos alunos de Ciências Físico-Químicas nos Exames Finais do Liceu, *Liceus de Portugal*, n.º 12, 1941, pp. 947-955.

Mais, Celestino – O Ensino das Ciências Geológicas nos Liceus e Institutos Industriais in *Atas do I congresso nacional de ciências naturais*, Lisboa, 1941, Livro 1, Publicação Subsidiada pelo Instituto para a Alta Cultura, Lisboa, 1942, pp. 307-325.

Moreira, Joaquim, entrevista com – Uma obra de inteligência e afetividade, *Inicial*, ano XII, suplemento ao n.º 30, 1953.

Oliveira, Alfredo Soares de – O Liceu de Rodrigues de Freitas, *Liceus de Portugal*, n.º 11, 1941, pp. 890-906.

Pratt, António de – Mocidade Portuguesa – O meu Depoimento, *Inicial*, ano XIII, 1952, pp. 25-28.